



Anexo

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do serviço de atualização do banco de dados e das licenças de uso do Next Generation Threat Prevention para os equipamentos Checkpoint em funcionamento no TRE-MS.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Período/meses	Valor máximo
01	Licenças de uso do Next Generation Threat Prevention para os equipamentos Checkpoint do TRE/MS.	Serviço	01	36	1.987.930,00

1.1.1. Para fins de lançamento no comprasnet, deverá ser considerado: quantidade 01 e o valor máximo para 36 meses (R\$ 1.987.930,00), após a fase de lance o pregoeiro fará a convocação para envio da proposta detalhada dos valores dos subitens, nos termos do capítulo 11 do Termo de Referência.

1.2. Os quantitativos e valores máximos para cada subitem estão indicados na tabela abaixo:

ITEM 01 - COMPOSTO PELOS SUBITENS 1.1 A 1.6					
SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ADMITIDO	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO
Subitem 1.1	Renovação de Suporte Firewall Tipo 1 - Checkpoint Quantum 6600+ (ou similar) - 36 meses	Unidade	02	R\$ 248.000,00	R\$ 496.000,00
Subitem 1.2	Renovação de Suporte Firewall Tipo 2 - Checkpoint Quantum 6200+ (ou similar) - 36 meses	Unidade	02	R\$ 189.440,00	R\$ 378.880,00

<b>Subitem 1.3</b>	Renovação de Suporte Firewall Tipo 3 - Checkpoint Quantum Spark 1530 (ou similar) - 36 meses	Unidade	87	R\$ 4.850,00	R\$ 421.950,00
<b>Subitem 1.4</b>	Subscrição para serviço de Garantia e Suporte para Appliances da Secretaria - Checkpoint - 36 meses	Unidade	01	R\$ 348.500,00	R\$ 348.500,00
<b>Subitem 1.5</b>	Subscrição para serviço de Garantia e Suporte para Gerência Checkpoint (CPSB-RPRT-N-CU000, CPSM-PU003, CPSB-MNTR, CPSB-EVNT-CU000) - 36 meses	Unidade	01	R\$ 275.000,00	R\$ 275.000,00
<b>Subitem 1.6</b>	1.6.1 - Atualização de appliance (trimestral)	Unidade	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00
	1.6.2 - Revisão de regras (trimestral)	Unidade	12	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
	1.6.3 - Reinstalação de appliance	Unidade	02	R\$ 12.500,00	R\$ 25.000,00
	1.6.4 - Solução de chamados usando SK nível Basic	Unidade	24	R\$ 200,00	R\$ 4.800,00

1.6.5 - Solução de chamados usando SK nível Advanced	Unidade	12	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
1.6.6 - Solução de chamados usando SK nível Expert	Unidade	06	R\$ 800,00	R\$ 4.800,00

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de execução da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que servem para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.8. A presente contratação é composta de 1 (um) item, subdividido em 6 (seis) subitens. A equipe de planejamento optou pela formação de subitens, em virtude da necessidade dos serviços serem prestados apenas por uma empresa, além de facilitar a gestão do contrato. A contratação em itens distintos pode acarretar a prestação dos serviços em momentos distintos da necessidade da Administração.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição do item 01 (formado pelos subitens 1.1 a 1.6), encontra-se pormenorizada nas cláusulas abaixo:

### 2.2. SUBITEM 1.1 - Renovação de Suporte Firewall Tipo 1 - Checkpoint Quantum 6600+:

Trata-se de renovação das licenças e subscrições existentes para os equipamentos 6600 PLUS já instalados no Data Center do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - TRE-MS e listado no Account ID Checkpoint #8398803 com as seguintes características/Funcionalidades:

2.2.1. Filtro de pacotes de rede do tipo Firewall com possibilidade de agrupamentos e/ou camadas com possibilidade de permissão de acesso para gerenciamento independente por cada camada/grupo;

2.2.1.1. Os agrupamentos/camadas (layers) de regras deverão dar a possibilidade de reutilização de diversos pontos da política a fim de evitar retrabalho;

2.2.1.2. Suporte a filtro de pacotes baseado em origem/destino de endereços IP;

2.2.1.3. Suporte a filtro de pacotes baseado em usuário autenticados na rede via Active Directory, 802.1x ou Captive Portal;

2.2.1.4. Suporte a redirecionamento da conexão (Captive Portal) para forçar autenticação de usuário para conexões que devem ser obrigatoriamente autenticadas.

2.2.2. Prevenção de intrusão (Intrusion Prevention System - IPS) com atualizações periódicas e automáticas de assinaturas;

2.2.3. Prevenção de Malwares com atualizações periódicas e automáticas de assinaturas;

2.2.4. Controle de conteúdo de acesso WEB com possibilidade de bloqueio por categorias pré-definidas de conteúdo. Categorias devem ser atualizadas periodicamente;

2.2.5. Controle de tráfego baseado em reconhecimento de aplicação com possibilidade de bloqueio por categorias pré-definidas de aplicação. Categorias devem ser atualizadas periodicamente;

2.2.6. Enviar logs para armazenamento e processamento em Gerência Centralizada já existente no TRE-MS.

2.2.6.1. Deve suportar protocolo syslog.

2.2.6.2. Deve armazenar logs localmente em caso de impossibilidade de envio para Gerência Centralizada e enviar assim a comunicação com gerência for restabelecida.

2.2.7. Performance para suportar:

2.2.7.1. Ao menos 120 VLANs com e sem TAG (802.1q);

2.2.7.2. Desempenho de Firewall de, no mínimo, 32Gbps de throughput, seguindo a metodologia de teste baseada na RFC 2544 (para firewall);

2.2.7.3. Desempenho do Gateway VPN IPsec (AES 128) de no mínimo 4,9Gbps de throughput, seguindo a metodologia de teste baseada na RFC 2544 (para firewall).

2.2.8. Deve ser capaz de trabalhar em cluster de alta disponibilidade (ativo-ativo ou ativo-passivo).

2.2.9. Deve ser compatível com a gerência Checkpoint SmartConsole atualmente instalada no TRE-MS (a saber R81.20 ou superior).

**2.3. SUBITEM 1.2 - Renovação de subscrição e licenças do Firewall Tipo 2 - Checkpoint Quantum 6200+:** Trata-se de renovação das licenças e subscrições existentes para os equipamentos 6200 PLUS já instalados no Data Center do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - TRE-MS e listado no Account ID Checkpoint #8398803 com as seguintes características/Funções:

2.3.1. Filtro de pacotes de rede do tipo Firewall com possibilidade de agrupamentos e/ou camadas com possibilidade de permissão de acesso para gerenciamento independente por cada camada/grupo;

2.3.1.1. Os agrupamentos/camadas de regras deverão dar a possibilidade de reutilização de diversos pontos da política a fim de evitar retrabalho;

2.3.1.2. Suporte a filtro de pacotes baseado em origem/destino de endereços IP;

2.3.1.3. Suporte a filtro de pacotes baseado em usuário autenticados na rede via Active Directory, 802.1x ou Captive Portal;

2.3.1.4. Suporte a redirecionamento da conexão para forçar autenticação de usuário para conexões que devem ser obrigatoriamente autenticadas.

2.3.2. Prevenção de intrusão (Intrusion Prevention System - IPS) com atualizações periódicas e automáticas de assinaturas;

2.3.3. Prevenção de Malwares com atualizações periódicas e automáticas de assinaturas;

2.3.4. Suporte a Rede Privada Virtual (Virtual Private Network - VPN) do tipo site-to-site para comunicação com os demais equipamentos do Tipo 3;

2.3.5. Suporte a Rede Privada Virtual (Virtual Private Network - VPN) do tipo client-to-site para permitir o teletrabalho para, pelo menos, 600 usuários simultâneos;

2.3.5.1. Autenticação dessa funcionalidade precisa suportar autenticação de duplo fator via Cisco DUO/Saml usada pelo TRE-MS;

2.3.5.2. Permitir observância (compliance) mínima na máquina cliente para conseguir estabelecer comunicação segura (antivírus atualizado, atualização de sistema operacional, entre outros).

2.3.6. Controle de conteúdo de acesso WEB com possibilidade de bloqueio por categorias pré-definidas de conteúdo. Categorias devem ser atualizadas periodicamente;

2.3.7. Controle de tráfego baseado em reconhecimento de aplicação com possibilidade de bloqueio por categorias pré-definidas de aplicação. Categorias devem ser atualizadas periodicamente;

2.3.8. Balanceamento de carga entre dois links de dados permitindo que tanto a navegação WEB quanto o tráfego VPN site-to-site sejam balanceados entre Links de dados de Provedor de Serviços de Internet diferentes;

2.3.9. Enviar logs para armazenamento e processamento em Gerência Centralizada já existente no TRE-MS.

2.3.9.1. Deve suportar protocolo syslog.

2.3.9.2. Deve armazenar logs localmente em caso de impossibilidade de envio para Gerência Centralizada e enviar assim a comunicação com gerência for restabelecida.

2.3.10. Performance para suportar:

2.3.10.1. Ao menos 120 VLANs com e sem TAG (802.1q);

2.3.10.2. Desempenho de Firewall de, no mínimo, 17Gbps de throughput, seguindo a metodologia de teste baseada na RFC 2544 (para firewall);

2.3.10.3. Desempenho do Gateway VPN IPsec (AES 128) de no mínimo 2,5Gbps de throughput, seguindo a metodologia de teste baseada na RFC 2544 (para firewall);

2.3.11. Deve ser capaz de trabalhar em cluster de alta disponibilidade (ativo-ativo ou ativo-passivo).

2.3.12. Deve ser compatível com a gerência Checkpoint SmartConsole atualmente instalada no TRE-MS (a saber R81.20) ou superior.

**2.4. SUBITEM 1.3 - Renovação de subscrição e licenças do Firewall Tipo 3 - Checkpoint Quantum Spark 1530:** Trata-se de renovação das licenças e subscrições existentes para os equipamentos 1530W Base Appliance with 802.11ac WiFi já instalados nas unidades externas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - TRE MS e listado no Account ID Checkpoint #8398803 com as seguintes características/Funcionalidades:

2.4.1. Filtro de pacotes de rede do tipo Firewall;

2.4.2. Prevenção de intrusão (Intrusion Prevention System - IPS) com atualizações periódicas e automáticas de assinaturas;

2.4.3. Suporte a Rede Privada Virtual (Virtual Private Network - VPN) do tipo site-to-site para comunicação com os equipamentos do item 1 ou 2;

2.4.4. Controle de conteúdo de acesso WEB com possibilidade de bloqueio por categorias pré-definidas de conteúdo. Categorias devem ser atualizadas periodicamente;

2.4.5. Controle de tráfego baseado em reconhecimento de aplicação com possibilidade de bloqueio por categorias pré-definidas de aplicação. Categorias devem ser atualizadas periodicamente;

2.4.6. Balanceamento de carga entre dois ou mais links de dados permitindo que a navegação WEB sejam balanceados entre Links de dados de Provedor de Serviços de Internet diferentes;

2.4.7. Performance para suportar:

2.4.7.1. Ao menos 8 VLANs com e sem TAG (802.1q);

2.4.7.2. Desempenho de Firewall de, no mínimo, 2000Mbps de throughput, seguindo a metodologia de teste baseada na RFC 2544 (para firewall)

2.4.7.3. Desempenho do Gateway VPN IPsec (AES 128) de no mínimo 970 Mbps de throughput, seguindo a metodologia de teste baseada na RFC 2544 (para firewall);

2.4.8. Suporte a conexões 3G/4G para serem utilizadas em atendimentos itinerantes, transmissão de BUs ou Juntas Eleitorais.

2.4.9. Suporte integrado para prover conexões Wi-Fi 802.11 b/g/n/ac MIMO 3X3 ou superior.

2.4.10. Deve ser compatível com a gerência Checkpoint SmartConsole atualmente instalada no TRE-MS (a saber R81.20) ou superior.

2.4.11. Enviar logs para armazenamento e processamento em Gerência Centralizada já existente no TRE-MS.

2.4.11.1. Deve suportar protocolo syslog.

2.4.11.2. Deve armazenar logs localmente em caso de impossibilidade de envio para Gerência Centralizada e enviar assim a comunicação com gerência for restabelecida.

**2.5. SUBITEM 1.4 - Subscrição para serviço de Garantia e Suporte para Appliances da Secretaria - Checkpoint:** Trata-se de serviço de subscrição de funcionalidade, garantia e suporte para os appliances cobertos pelos SUBITEMS 1.1 e 1.2 deste Termo de Referência e fornecidas oficialmente pelo fabricante Checkpoint.

- 2.5.1. Deve permitir abertura de chamados 24x7.
- 2.5.2. Permitir abertura de chamados sem limite de quantidade.
- 2.5.3. Permitir acompanhamento do chamado via sítio web fornecido pela CONTRATADA ou fabricante da solução.
- 2.5.4. Permitir acesso às últimas atualizações e pacotes de correções.
- 2.5.5. Permitir atualização de software para as últimas versões disponibilizadas pelo fabricante para o modelo do equipamento em questão.
- 2.5.6. Acesso aos fóruns de produtos do fabricante (em português ou inglês).
- 2.5.7. Acesso a base de conhecimento do fabricante (em português ou inglês) para verbetes marcados como básico e avançando (ou equivalentes).
- 2.5.8. Garantir troca de equipamento em caso de defeito após confirmação da CONTRATADA. Recolhimento do equipamento para envio deve ocorrer em até 02 (dois) dias úteis após confirmação da Autorização de Retorno de Material (RMA).
- 2.5.9. Deve possuir Garantia e Suporte do fabricante por, pelo menos, 3 anos.
- 2.5.10. Deve permitir utilização, em forma de subscrição, das seguintes funcionalidades por, pelo menos, 3 anos.
  - 2.5.10.1. IPS;
  - 2.5.10.2. URLFilter;
  - 2.5.10.3. Application Control;
  - 2.5.10.4. Mobile (Apenas para equipamentos do SUBITEM 1.2);
  - 2.5.10.5. Antivírus;
  - 2.5.10.6. Anti-bot.
- 2.5.11. Permitir atualização de assinaturas das blades de Intrusion Prevention System, URLFilter, Application Control, Antivirus e Anti-bot.
- 2.5.12. Deve cobrir todas as blades contratadas no SUBITEM 1.1 E 1.2.
- 2.5.13. A CONTRATADA deve constar na lista CCSP do sítio <https://partnerlocator.checkpoint.com/> para permitir escalonamento de chamados.

**2.6. SUBITEM 1.5 - Subscrição para serviço de Garantia e Suporte para Gerência Checkpoint (CPSB-RPRT-N-CU000, CPSM-PU003, CPSB-MNTR, CPSB-EVNT-CU000):** Trata-se de serviço de subscrição de funcionalidade, garantia e suporte para a Gerência Checkpoint SmartConsole atualmente instalada no TRE-MS e fornecida oficialmente pelo fabricante Checkpoint e listado no Account ID Checkpoint #6908871 com as seguintes características:

- 2.6.1. Deve permitir abertura de chamados 24x7.
- 2.6.2. Permitir abertura de chamados sem limite de quantidade.
- 2.6.3. Permitir acompanhamento do chamado via sítio web fornecido pela CONTRATADA ou fabricante da solução.
- 2.6.4. Permitir acesso às últimas atualizações e pacotes de correções.
- 2.6.5. Permitir atualização de software para as últimas versões disponibilizadas pelo fabricante para o modelo do equipamento em questão.
- 2.6.6. Acesso aos fóruns de produtos do fabricante (em português ou inglês).
- 2.6.7. Acesso a base de conhecimento do fabricante (em português ou inglês) para verbetes marcados como básico e avançando (ou equivalentes).
- 2.6.8. Deve possuir Garantia e Suporte do fabricante por, pelo menos, 3 anos.
- 2.6.9. Deve permitir utilização, em forma de subscrição, das seguintes funcionalidades por, pelo menos, 3 anos:
  - 2.6.9.1. Reporting Software - Centralizar logs de todos os equipamentos Checkpoint do TRE-MS e permitir criação de relatórios consolidados com base em tais logs;
  - 2.6.9.2. Monitoring - Permitir a fácil identificação no padrão do tráfego de rede que possa significar atividade maliciosa. Monitoramento em tempo real do status e utilização dos appliances checkpoint gerenciados pela solução, incluindo status das conexões VPN;

2.6.9.3. Smart Event - Permitir ponto único de visualização de eventos de rede suspeitos; Permitir criação de relatórios e visualizações customizadas.

2.6.10. Deve permitir centralização de logs de todos os equipamentos relativos a esta contratação.

2.6.10.1. Solução deverá usar os logs para criar relatórios consolidados de acessos, tentativas de ataques, detecção de malware e acessos de conteúdo WEB, entre outros;

2.6.10.2. Deverá ser capaz de armazenar logs de até 30 (trinta) dias para consulta imediata;

2.6.10.3. Deverá ser capaz de armazenar logs de até 05 (cinco) anos para consulta através de recuperação de backups.

2.6.11. Deve permitir gerenciar, ao menos, 150 appliances checkpoint, sendo todos os appliances dos SUBITENS 1.1, 1.2 E 1.3 e mais 59 checkpoint modelo 1120 já existentes no TRE-MS.

2.6.12. A CONTRATADA deve constar na lista CCSP do sítio <https://partnerlocator.checkpoint.com/> para permitir escalonamento de chamados.

**2.7. SUBITEM 1.6 - Serviços de suporte periódico e por demanda:** Trata-se de serviço personalizado de suporte a ser fornecido pela CONTRATADA de forma periódica e/ou por demanda, não incluídas nas subscrições dos SUBITENS 1.4 e 1.5 e devem ser faturados por demanda.

2.7.1. Atualização de appliance (trimestral):

2.7.1.1. Todos os appliances da secretaria (a saber: Firewall Tipo 1, Firewall Tipo 2 e Gerência Centralizada) deverão ser atualizadas por um especialista da CONTRATADA para a versão estável mais recente fornecido pelo fabricante, incluindo Hotfix e Service packs;

2.7.1.2. As atualizações trimestrais devem ocorrer, sempre que possível, nos seguintes meses: Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro.

2.7.1.2.1. A atualização de Maio deve ocorrer, sempre que necessário, após o evento do Fechamento do Cadastro Eleitoral

2.7.1.2.2. A atualização de Novembro deve ocorrer, sempre que necessário, de forma a não colocar em risco as atividades pós-eleição como 'Envio de Logs de urna'.

2.7.1.2.3. Atualizações devem ocorrer, obrigatoriamente, em horário fora do expediente normal do TRE-MS sempre que houver risco de indisponibilidade de serviços.

2.7.1.3. Em caso de não necessidade de atualização ou em caso de uma atualização se mostrar instável, um rollback para a última versão estável deve ocorrer.

2.7.1.4. Um relatório das atividades deve ser entregue para a equipe do TRE-MS com informações e procedimentos da atualização, incluindo em casos de não haver atualização disponível por parte dos fabricantes.

2.7.1.5. Os procedimentos de atualização poderão, sempre que possível, ocorrer de forma remota com acompanhamento de servidor do TRE-MS ou funcionário da terceirizada de operações de TI do TRE-MS.

2.7.1.6. Deve ser executado por técnico com certificação válida CCSM.

2.7.1.7. Previsão de consumo durante vigência do contrato: 12

2.7.2. Revisão de regras (trimestral):

2.7.2.1. Todas as políticas em uso do TRE-MS devem ter suas regras revisadas por um especialista da CONTRATADA a fim de verificar se as boas práticas estão sendo usadas e se existem pontos de melhoria visando performance e segurança.

2.7.2.2. As revisões de regras devem ocorrer no mesmo período das atualizações trimestrais.

2.7.2.3. Um relatório deve ser emitido ao fim de todas as revisões sugerindo, quando necessário, melhorias na organização das regras de firewall.

2.7.2.3. O procedimento de revisão de regras poderá ocorrer de forma remota com acompanhamento de servidor do TRE-MS ou funcionário da terceirizada de operações de TI do TRE-MS.

2.7.2.4. Deve ser executado por técnico com certificação válida CCSM.

2.7.2.5. Previsão de consumo durante vigência do contrato: 12

2.7.3. Reinstalação de appliance:

2.7.3.1. Serviço de reinstalação do Sistema Operacional oficial do fabricante em appliance em garantia.

2.7.3.2. O procedimento de reinstalação do Sistema Operacional oficial do fabricante em appliances físicos deve ocorrer exclusivamente de forma presencial.

2.7.3.3. O procedimento de reinstalação de Sistema Operacional oficial do fabricante em appliances virtuais (ex. Gerência SmartConsole), pode ocorrer, sempre que possível, de forma remota com acompanhamento de servidor do TRE-MS ou funcionário da terceirizada de operações de TI do TRE-MS.

2.7.3.4. Deve ser executado por técnico com certificação válida CCSM

2.7.3.5. Previsão de consumo durante vigência do contrato: 2

2.7.4. Solução de chamados usando SK nível Basic:

2.7.4.1. Solicitações de inclusão de funcionalidade e/ou correção de comportamento de implantação que utilize verbete (Secure Knowledge) fornecido pelo fabricante e classificado como Basic.

2.7.4.2. A CONTRATADA deve constar na lista CCSP do sítio <https://partnerlocator.checkpoint.com/> para permitir escalonamento de chamados.

2.7.4.3. Deve ser executado por técnico com certificação válida CCSE.

2.7.4.4. Previsão de consumo durante vigência do contrato: 24

2.7.5. Solução de chamados usando SK nível Advanced:

2.7.5.1. Solicitações de inclusão de funcionalidade e/ou correção de comportamento de implantação que utilize verbete (Secure Knowledge) fornecido pelo fabricante e classificado como Advanced.

2.7.5.2. A CONTRATADA deve constar na lista CCSP do sítio <https://partnerlocator.checkpoint.com/> para permitir escalonamento de chamados.

2.7.5.3. Deve ser executado por técnico com certificação válida CCSM.

2.7.5.4. Previsão de consumo durante vigência do contrato: 12

2.7.6. Solução de chamados usando SK nível Expert:

2.7.6.1. Solicitações de inclusão de funcionalidade e/ou correção de comportamento de implantação que utilize verbete (Secure Knowledge) fornecido pelo fabricante e classificado como Expert.

2.7.6.2. A CONTRATADA deve constar na lista CCSP do sítio <https://partnerlocator.checkpoint.com/> para permitir escalonamento de chamados.

2.7.6.3. Deve ser executado por técnico com certificação válida CCTA.

2.7.6.4. Previsão de consumo durante vigência do contrato: 6

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A solução permitirá a comunicação segura de dados entre a secretaria do TRE-MS e suas localidades externas, bem como entregar comunicação segura para servidores em teletrabalho ou em deslocamento temporário.

3.2. A atual demanda ordinária da contratação do serviço para Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul inclui, mas não se limita, a:

3.2.1. Comunicação segura (VPN) entre secretaria do TRE-MS e demais unidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul ou órgãos parceiros.

3.2.2. Comunicação segura (VPN) que permita teletrabalho e homeoffice

3.2.3. Infraestrutura de segurança de redes que contemple, no mínimo, Prevenção de Intrusão (IPS), Filtro de Conteúdo WEB, Anti-Bot e Filtro de Pacotes (Firewall).

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2024, conforme Processo

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Requisitos de capacitação**

4.1.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica dos recursos relacionados ao objeto da contratação.

##### **4.2. Requisitos Legais**

4.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (Pesquisa de preços), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

##### **4.3. Requisitos de manutenção**

4.3.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

##### **4.4. Requisitos de Experiência Profissional**

4.4.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos/analistas devidamente capacitados.

##### **4.5. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.5.1. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços .

4.5.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

##### **4.6. Sustentabilidade**

4.6.1. Trata-se de contratação de serviço com baixo impacto socioambiental, não gerando resíduo, nem aumentando consumo de energia uma vez que a solução já está em pleno funcionamento neste órgão.

4.6.2. A contratação deverá atender, também, aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

b) Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

##### **4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.**

4.8. Haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), para assegurar o cumprimento do contrato de modo a garantir que a empresa esteja apta para cumprir o contrato assinado;

4.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.9.1. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.10. A Contratada deverá comprovar sua qualificação técnica apresentando a documentação abaixo:

4.10.1. Registro no sítio <https://partnerlocator.checkpoint.com/> como parceiro CCSP da fabricante Checkpoint, nos termos da cláusula 11.4.2, capítulo 11 deste Termo de Referência.

4.10.2. Comprovação de possuir em seu quadro funcional, na data prevista para as entregas periódicas, profissional detentor de certificação CCSM válida, devidamente validado pela fabricante Checkpoint.

4.10.3. Atestado de capacidade técnica, nos termos da cláusula 11.7, capítulo 11 deste Termo de Referência.

#### **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### 5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Requisitar o fornecimento e a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis.
- b) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) Encaminhar formalmente a demanda por meio e-mail, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- e) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- g) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- h) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- i) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- j) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- l) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- m) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### 5.2. São obrigações da CONTRATADA

- a) Prestar ao TRE/MS os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável;
- b) Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência da contratação, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE/MS, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;
- c) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade das Contratadas para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização.
- d) Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE/MS;
- e) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- f) Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência;
- g) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- h) Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- i) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio;

- j) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- k) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- l) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- m) fazer a transição contratual, quando for o caso;
- n) Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
- o) Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem ao contrato, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento), nos termos da Lei 14.133/2021 .

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O contato com a fiscalização para disponibilização da solução da contratada deverá ocorrer no horário das 12:00h as 18:00h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107- 7123 (Ulysses Almeida Neto ou Robson Kobayashi).

6.1.1. As licenças deverão ser entregues em formato digital ou no prédio-sede do TRE/MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, das 12:00h às 18h.

6.1.2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA (Subitens 1.1, 1.2 e 1.3) será de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2. O modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II "a" e II "b".

6.5 Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO**

### **Do recebimento**

8.1. Os recebimento provisório será realizado pela fiscalização (STI), no prazo de 02 (dois) dias, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- 8.1.1. apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total; e
- 8.1.2. compatibilidade dos serviços entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa.
- 8.1.3. as licenças deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, contendo a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação;
- 8.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.
- 8.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material/serviço.
- 8.3. O prazo constante na cláusula 8.1. será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem o pagamento.
- 8.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.
- 8.5. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela fiscalização, após as seguintes verificações:
- 8.7.1. correspondência de marca/modelo das licenças com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- 8.7.2. compatibilidade do material/serviço entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- 8.7.3. realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- 8.7.4. conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
- 8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.12. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.
- 8.12.1. A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.
- 8.12.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

8.13. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

8.14. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

## **9. DA LIQUIDAÇÃO**

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material/serviço, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. PRAZO DE PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será em parcela única e efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão

atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

11.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

11.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência, assim como os valores dos subitens.

11.4.1. Quando convocado pelo Pregoeiro, a licitante deverá encaminhar proposta detalhada, nos termos do Anexo III, contendo a descrição e valores dos subitens 1.1 a 1.6.

**11.4.2. Junto com a proposta detalhada a empresa deverá encaminhar o registro no site <https://partnerlocator.checkpoint.com/> como parceiro CCSP da fabricante Checkpoint.**

11.4.3. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo do produto ofertado.

11.4.4. A licitante poderá indicar, também, site(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

11.5. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação ou recusa da proposta.

11.6. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET, em caso de desclassificação, será convocado o segundo colocado na licitação para apresentar proposta.

11.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

d. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, de serviços similares ao que pretende contratar.

e.1) Entende-se por serviço similar: Fornecimento de firewall do tipo NGFW da marca Checkpoint de pelo menos 01 Firewall Tipo 1, 01 Firewall Tipo 2 e 40 Firewall Tipo 3, bem como suporte para a mesma quantidade de equipamentos para um único cliente.

## **12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

12.1. A aceitação do objeto ficará condicionada ao atendimento das exigências deste Termo de

Referência quanto à execução dos serviços, cumprimento das cláusulas contratuais e demais obrigações.

12.2. A metodologia de avaliação se dará através de fiscalização, a ser exercida por servidor especialmente designado pela Administração e, tratará de observar os seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e,
- c) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

### **13. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

13.1. Poderá a Contratada ter limitação quanto ao acesso total ou parcial aos dados e ao sistema de gerenciamento de ambientes.

13.2. A Contratada não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas do TRE-MS sem prévia autorização do Contratante;

### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O custo estimado anual da contratação é de **R\$ 1.987.930,00 (um milhão, novecentos e oitenta e sete mil novecentos e trinta reais)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco.

### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: : 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.40.21 - TIC APOIO.

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

ULYSSES ALMEIDA NETO  
Integrante Demandante

ROBSON KOBAYASHI  
Integrante Técnico

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI  
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 25/06/2025, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO, Coordenador**, em 25/06/2025, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MASSAKI KOBAYASHI, Técnico Judiciário**, em 25/06/2025, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1878717** e o código CRC **A28A7EB9**.



0001931-18.2024.6.12.8000

1878717v3